

CT-CC 015/72
DATA: 13.06.72

Contrato de Concessão para exploração dos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários que, entre si, celebram o Município de SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE no Estado de Pernambuco e a COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO, com a interveniência do SANEAMENTO DO INTERIOR PERNAMBUCANO S/A.

Aos treze (13) dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e dois, o Município de SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE no Estado de Pernambuco, representado neste ato pelo seu Prefeito, Sr. Pe. José Pereira, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 598 de vinte e oito de abril do ano de mil novecentos e setenta e dois, doravante denominada simplesmente Município e a COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO, sociedade de economia mista estadual, inscrita no CGC IF sob o nº 09.769.035/001, daqui em diante designada COMPESA, devidamente representada neste ato e na forma legal e estatutária por seus Diretores abaixo assinados, com a interveniência do SANEAMENTO DO INTERIOR PERNAMBUCANO S/A, sociedade de economia mista estadual, inscrita no CGC IF sob o nº 10.979.292/001, a seguir chamado SANEPE, devidamente representado por seu Diretor Presidente, firmam o presente Contrato de Concessão dos serviços de abastecimento de água e de esgotos sanitários do Município, mediante as seguintes cláusulas e condições:

OBJETIVO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O Município, em face do que estabelece a Lei Municipal nº 598, de 28.04.72, concede, por este instrumento, à COMPESA o direito de implantar, ampliar, administrar e explorar, industrialmente, com exclusividade, por intermédio da SANEPE, os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, deste Município, pelo prazo de cinquenta (50) anos, a contar da data da assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - A Concessão, estabelecida na cláusula anterior, estará sempre subordinada ao Programa Estadual de Abastecimento de Água - PEAG e ao Convênio celebrado entre o Banco Nacional da Habitação - BNH e o Estado de Pernambuco, visando ao equacionamento global e permanente do problema de



bastecimento em Municípios deste Estado, nos moldes preconizados pelo Plano Nacional de Saneamento - PLANASA.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os serviços dos sistemas públicos de esgotos sanitários também ficarão subordinados à política estabelecida pelo Estado.

PARTICIPACÃO ACIONÁRIA E AÇÕES

CLÁUSULA TERCEIRA - O Município compromete-se a contribuir com recursos em dinheiro, sob a forma de participação acionária no capital da COMPESA, objetivando a implantação ou ampliação dos serviços concedidos, mediante a celebração de respectivo Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - O acervo constituído pelos equipamentos, obras, tubulações, móveis e outros bens pertencentes ao Município e que estejam vinculados aos serviços públicos, ora concedidos, passarão à propriedade da COMPESA e a sua incorporação, mediante participação acionária do Município far-se-á após a sua exata descrição e avaliação, de acordo com o que dispõe o Decreto Lei 2.627 de 26 de setembro de 1940 e os estatutos sociais da COMPESA.

CLÁUSULA QUINTA - A COMPESA emitirá, em favor do Município, ações nominativas preferenciais ou títulos múltiplos que as representem, correspondentes ao valor dos recursos em dinheiro e/ou dos bens que forem incorporados na forma estabelecida nas Cláusulas Terceira e Quarta.

PARÁGRAFO ÚNICO - A COMPESA poderá também emitir, provisoriamente, cautelares que representem as ações, cabendo ao Município o direito de, a qualquer tempo, solicitar a sua substituição por títulos simples, correndo as despesas respectivas por conta do Município.

CLÁUSULA SEXTA - O acervo, referido na Cláusula Quarta, será alienado ao Município em qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a) no fim do prazo da concessão, não sendo este prorrogado;
- b) em caso de rescisão do contrato por culpa da COMPESA;
- c) em caso de liquidação da COMPESA e da SANEPE, caso não sejam sucedidas por outras entidades que venham a ser criadas com iguais objetivos.





(27)

HAOL

CLÁUSULA SÉTIMA - A COMPESA obriga-se, na hipótese da cláusula anterior, a receber, como pagamento dos bens a serem alienados ao Município as ações representativas da participação deste no seu capital social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os bens serão alienados pelo valor a ser apurado na época em que deva ser promovida a respectiva alienação, e as ações recebidas pela COMPESA, na oportunidade, pelo seu valor de mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese do valor das ações não vir a ser suficiente para cobrir o preço dos bens a serem alienados ao Município caberá a este efetuar o pagamento da diferença em moeda corrente, na forma a ser combinada.

CLÁUSULA OITAVA - Competirá a COMPESA receber, diretamente ou através do Município, recursos em dinheiro ou em bens, destinados por quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais ou externas, aos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, bem assim os consignados nos Orçamentos da União, do Estado ou do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos, referidos nesta cláusula, poderão ser efetivados mediante participação acionária das aludidas entidades, quando por elas exigidos.

DESAPROPRIAÇÃO E SERVIDÃO

CLÁUSULA NONA - A COMPESA poderá promover, na forma da legislação em vigor, desapropriações por necessidade ou utilidade pública e estabelece servidão de bens e direitos necessárias à execução e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Município, mediante solicitação fundamentada da COMPESA tomará a iniciativa de declarar através de Decreto, a necessidade ou utilidade pública para os efeitos desta cláusula, praticando os atos necessários a sua efetivação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A desapropriação poderá abranger áreas necessárias à implantação do sistema e/ou futura ampliação.

ppp

R

11.4.86

PARÁGRAFO TERCEIRO - A COMPESA, declarada a utilidade pública, poderá efetiva diretamente ou através da SANEPRE a desapropriação, mediante acordo com os interessados ou através de ação judicial, dentro de cinco (5) anos contados da data do respectivo Decreto.

PARÁGRAFO QUARTO - A COMPESA poderá utilizar, para a mais exata realização dos serviços ora concedidos, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas.

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA - O Município indenizará a COMPESA pelo valor dos investimentos por esta realizados no Município e tudo mais que a COMPESA julgar legal atribuir, como vantagem, em decorrência deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - Até o efetivo cumprimento das obrigações, estipuladas nesta cláusula, é vedado ao Município explorar, ele próprio, esses serviços ou conceder a sua exploração a qualquer outra entidade pública ou particular, podendo a COMPESA, se assim o entender, continuar na prestação dos serviços até o efetivo recebimento da indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Município executará os serviços de recomposição do calçamento das ruas danificadas, em virtude das obras de construção e reparos de redes públicas, destinadas ao abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como dos ramais domiciliares, cabendo as despesas ao interessado ou responsável pelos referidos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se o Município tiver de realizar modificações nos nivelamentos das ruas ou nos seus traçados, exigindo tais obras alterações ou remoções de canalizações, as despesas, com estas, correrão por sua conta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Será de responsabilidade do Município o pagamento das contas devidas por banheiros, lavandarias, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotamento sanitário utilizados pelo Município e destinados ao uso público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O Município obriga-se a impedir, por meio de legislação,

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

ção adequada e fiscalização efetiva, quaisquer obras ou atividades que venham a por em perigo um ou mais elementos dos sistemas, com especial atenção aquelas que possam causar contaminação do sistema de abastecimento de água ou perigo à saúde pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O Município executará, por solicitação da COMPESA ou da SANEPE, os serviços de sua alçada que se tornem necessários à proteção dos elementos dos sistemas.

OBRIGAÇÕES DA COMPESA E/OU DA SANEPE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Para a implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de água e esgotos, poderá a COMPESA realizar operações de crédito com entidades financeiras nacionais ou externas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A classificação dos usuários dos serviços de água e esgotos sanitários, e as condições de prestação dos serviços serão, doravante, atribuições da COMPESA a serem fixadas no seu Regulamento

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Quaisquer obras a serem executadas nos serviços ora concedidos, visando ampliações e melhorias, serão previamente projetadas e orçadas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A SANEPE manterá, no Município, instalações adequadas para administração dos serviços locais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - A COMPESA fica autorizada na forma do que estatui a Lei Municipal nº 598, de 28.04.72, a fixar a política tarifária, estabelecer os preços e a arrecadar por intermédio da SANEPE a receita proveniente da exploração dos serviços concedidos.

PARÁGRAFO ÚNICO - As tarifas serão fixadas e reajustadas periodicamente, de modo a assegurar as despesas operacionais e de manutenção, as despesas com amortizações, juros e outros encargos financeiros e, ainda, o acúmulo de reserva para expansão dos sistemas.

D I V E R S O S

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Não será fornecida água, nem serão prestados serviços de es









gotos sanitários, gratuitamente, a nenhum prédio ou propriedade pública ou privada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - A COMPESA e a SANEPE não se responsabilizarão pelas interrupções do fornecimento de água ou do funcionamento do serviço de esgotos sanitários, decorrentes de motivos de força maior tais como greves, inundações, acidentes, comoção pública, guerra, etc.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - A COMPESA e a SANEPE não se obrigam pelo pagamento de quaisquer débitos contraídos pelo Município.

R E S C I S Ã O

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Este Contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo nos seguintes casos.

- a) mútuo acordo entre o Município e a COMPESA;
- b) inadimplemento de suas cláusulas;
- c) liquidação da COMPESA;
- d) por comprovado interesse público

F O R O

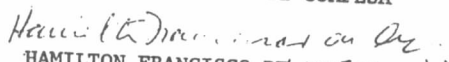
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Para dirimir quaisquer questões oriundas deste instrumento, elegem as partes o foro da Comarca do Recife renunciando a outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem as partes de mútuo e pleno acordo com as cláusulas e condições aqui estabelecidas, assinam o presente instrumento em quatro (4) vias de um único teor e para o mesmo fim, juntamente com as testemunhas tudo presente.

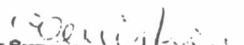
Recife, 13 de junho de 1972



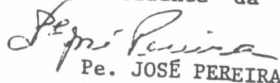
ARMANDO DA COSTA CAIRUTAS
Diretor Presidente da COMPESA



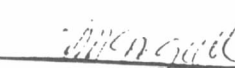
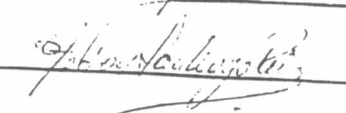
HAMILTON FRANCISCO DE ARAÚJO
Diretor Superintendente da COMPESA



CLÊNIO DE OLIVEIRA TORRES
Diretor Executivo da COMPESA e
Diretor Presidente da SANEPE


Pe. JOSÉ PEREIRA

TESTEMUNHAS :



Prefeito do Município de SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE